



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6556 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

TRAJETÓRIA ESCOLAR DE MULHERES DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO BOI DO MUNICÍPIO DE PINDAÍ-BA: RELAÇÕES DE GÊNERO E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL

Marciele Neres de Jesus - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Dinalva de Jesus Santana Macêdo - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Agência e/ou Instituição Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

TRAJETÓRIA ESCOLAR DE MULHERES DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO BOI DO MUNICÍPIO DE PINDAÍ-BA: RELAÇÕES DE GÊNERO E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL

Palavras-chave: Quilombo. Gênero. Mulheres negras. Identidade étnica. Trajetória Escolar.

1. Introdução

Historicamente a vida das mulheres na sociedade tem sido marcada pela desigualdade, invisibilidade e negação dos direitos. O direito a educação por exemplo, foi conquistado após anos de lutas e resistências até alcançar o que se tem hoje. Mesmo assim, na atualidade, muitas mulheres ainda são impossibilitadas de frequentar à escola e concluir a educação básica. Os entraves são ainda maiores para as mulheres negras e quilombolas que vivem em um espaço estigmatizado socialmente e possuem outras demandas e particularidades.

Este estudo é um recorte de uma pesquisa em andamento, que tem como objetivo geral compreender como as relações étnico-raciais e de gênero refletem na trajetória escolar de mulheres da Comunidade Remanescente de Quilombo Boi do município de Pindaí-BA. Assim sendo, os objetivos específicos buscam descrever o perfil das mulheres da Comunidade Remanescente de Quilombo Boi do município de Pindaí-BA; escrever a história da comunidade a partir das lideranças locais; analisar como as relações étnico-raciais e de gênero influenciaram e e/ou influenciam na trajetória escolar das mulheres quilombolas;

conhecer a percepção das mulheres quilombolas sobre as suas trajetórias escolares, destacando os principais desafios enfrentados por elas e identificar como as questões de raça e gênero influenciam na constituição do ser mulher negra e quilombola.

De acordo com os últimos dados fornecidos pela Fundação Cultural Palmares, até o dia 07/02/2020 foram reconhecidas 3.432 comunidades quilombolas, concentrando o maior número de comunidades certificadas no estado da Bahia, com um total de 666 certificações.

Na Bahia existem 27 territórios de identidade, destacando aqui o território de identidade Sertão produtivo que possui em média 53 comunidades quilombolas certificadas, dentre as quais encontra-se a Comunidade Remanescente de Quilombo Boi, locus investigativo desta pesquisa, que foi certificada pela portaria nº 55 de 31 de janeiro de 2017.

A comunidade Remanescente de Quilombo Boi está localizada no município de Pindaí- BA. É uma comunidade pequena, com aproximadamente 45 habitações e uma população estimada de 160 habitantes, organizados a partir de grupos familiares.

Para conhecer como as relações étnico-raciais e de gênero refletem na trajetória escolar de mulheres da comunidade Remanescente de Quilombo Boi do município de Pindaí-BA, a pesquisa será realizada a partir de uma abordagem qualitativa com o uso da história oral.

A pesquisa de abordagem qualitativa responde às questões particulares referentes a realidade presente no campo de investigação, procurando compreendê-las a partir dos aspectos culturais, sociais e identitários que envolvem seus sujeitos. Silveira e Córdova (2009, p.32) apontam que “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”.

E no que tange à história oral, a grande riqueza desta metodologia é “permitir investigações sobre como representações se tornam fatos – o que pressupõe um caráter “acontecimental” da memória, para além de sua função de ‘significar’ o passado” (ALBERTI, 1996, p. 9). Nesse sentido, os dados serão coletados por meio de entrevistas com seis mulheres quilombolas entre 15 a 60 anos, que desejam contribuir com esta pesquisa, desde que atendam os critérios de inclusão, isto é, mulheres que conseguiram concluir a educação básica e superior ou/não, e mulheres não escolarizadas. Esse número de mulheres justifica-se por entender que é suficiente para o objetivo proposto.

Será realizada também entrevistas com três lideranças quilombolas, incluindo o ex-presidente da associação, para que possam ajudar a escrever a história de luta dos quilombolas em prol do reconhecimento da comunidade e da melhoria das condições estruturais, sociais e locais. Ademais, serão consultados os livros de atas da associação comunitária para ajudar na contextualização e escrita da história local.

A análise e interpretação dos dados será feita por meio da análise de conteúdo na modalidade temática, buscando compreender a partir do contexto, das vivências, saberes e experiências desses sujeitos, os significados produzidos, para a formação das suas identidades.

As identidades se constroem a partir do lugar em que se vive, por meio da interação sociocultural e a escola exerce nesse quesito um papel relevante para a formação da identidade do sujeito. Em concordância com Hall (2019, p. 12), “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente”.

Para as mulheres negras e quilombolas assumir a sua identidade étnico-racial, representa se reconhecer enquanto pertencente a um povo, carregando consigo suas culturas, lutas e histórias, ocupando o seu lugar de fala, empoderando-se não só esteticamente, mas também socialmente, pois os aspectos identitários vão para além da aceitação das características físicas, perpassando os caminhos percorridos historicamente, em busca da superação da opressão e de toda forma de inferiorização que fora politicamente construída e reproduzida no grupo familiar, no trabalho, e também na escola.

Em se tratando das escolas nas comunidades quilombolas, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, aprovadas em julho de 2012 e homologadas em novembro do mesmo ano, em seu art. 7º, estabelece princípios para a Educação Escolar Quilombola, que visam a superação do racismo institucional, discriminação racial, sexismo, homofobia, machismo, lesbofobia e transfobia, dentre outros princípios, que devem estar integrados ao currículo escolar quilombola, em busca de uma educação decolonial, interrelacionada com os aspectos socioculturais, econômicos, políticos, ambientais e identitários da população quilombola (BRASIL, 2012).

Esta pesquisa conta com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e é fruto das minhas vivências nessa comunidade, a qual pertencço e mantenho vínculos culturais, sociais e étnicos. Parto do princípio interseccional que interligam as relações de gênero e étnico-raciais a trajetória escolar das mulheres negras pertencentes ao quilombo.

Nessa perspectiva, essa temática é pertinente para que as mulheres quilombolas deixem ecoar suas vozes para juntar a outras vozes de mulheres em situação de negação de direitos, fortalecendo suas lutas e quebrando o silêncio imposto a essas mulheres e a comunidade como um todo, pois embora tenham conseguido alguns avanços a invisibilidade ainda é presente nesse espaço..

O modelo estrutural do campo acadêmico precisa abrir espaço para novas epistemologias, nos dizeres de Boaventura de Souza Santos (2010), para a ecologia de saberes, descolonizando o conhecimento científico, permitindo o diálogo com outros saberes e experiências que enriquecem a diversidade epistemológica do mundo. Dessa forma, entendo que esta produção pode gerar conhecimentos importantes que podem se juntar a outros, para insurgência de novos conhecimentos e perspectivas de formação nesse espaço.

2. Pensando a interseccionalidade: gênero e identidade étnico-racial na trajetória escolar de mulheres quilombolas

Segundo a pesquisadora e ativista afro-americana Kimberlé Crenshaw (2002, p.177) “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”, que marginaliza e silencia diferentes atores sociais.

O pensamento interseccional é utilizado nessa seção para pensar as condições das mulheres negras na contemporaneidade, perpassando pela identidade étnico-racial e de gênero na trajetória escolar dessas mulheres. De acordo com Crenshaw (2002, p.179) “também na educação as mulheres de determinada identidade étnico-racial podem ser excluídas das oportunidades educacionais ou ter menos anos de estudo em relação aos homens do seu grupo ou às mulheres da elite”.

Em vista disso, o pensamento interseccional nós espaços escolares, devem considerar as relações intraescolar e extraescolar, pois ambas estabelecem limites e produzem significações que implicam no acesso e permanência das mulheres negras nesse espaço.

No texto “Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas”, Kimberlé Crenshaw discute interseccionalidade em seus aspectos estruturais, políticos e representativos, mostrando que a discriminação interseccional perpassa pelas instâncias socioculturais, produzindo desigualdades de gênero e raça.

Assim, o silenciamento nas relações de classe, gênero, sexualidade, identitária, dentre outros, no âmbito educacional se constitui a partir das relações de poder que se reproduz nesse espaço, associado ao currículo escolar que reflete em outras instâncias educacionais, como nas teorias adotadas pelas instituições, na elaboração do Projeto Político Pedagógico, na prática pedagógica e nas normas e regras que regem o sistema educacional. A intelectual negra bell hooks, em seu livro “Ensinando a transgredir, a educação como prática da liberdade” alerta que o silêncio imposto pelos valores burgueses  sancionado por todos na sala de aula, inclusive pelos professores universitários (a maioria brancos e do sexo masculino) que adotam uma pedagogia crítica. A autora destaca ainda, que ao mesmo tempo que os conteúdos ensinados nessas aulas possam refletir a consciência de professores com perspectivas intelectuais que criticam a dominação e enfatizam uma compreensão política da diferença, da raça, da classe social e do gênero, a sala de aula permanece com a mesma dinâmica convencional.

Dessa forma, a trajetória escolar de mulheres quilombolas, interconectada com às relações de gênero e identidade étnico racial engloba diferentes questões que se relacionam entre si, ambas são reproduzidas conforme as regras que regem o sistema capitalista, resultando em desigualdades e exclusão. Conforme Llia Gonzalez

O lugar em que nos situamos determinar nossa interpretação sobre o duplo fenmeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (GONZALEZ, 1984, p.224).

Logo, pensar estratégias contra a opressão das mulheres negras sem considerar que raça e gênero se entrecruzam, reforça as desigualdades por elas vivenciadas, pois as mulheres negras não são nem homens e nem brancas, como destaca Grada Kilomba (2019). A opressão sofrida por elas não se resume apenas ao fato de serem mulheres, mas também a sua cor.

Sendo assim, a sociedade moderna estruturada pela universalização, produz novas formas de opressão e colonização do “Outro”. “A/o “Outra/o” não  “outra/o” *per se*; ela/ele torna-se através de um processo de absoluta negação” (KILOMBA, 2019, p. 38).

Conseqüentemente, as barreiras do preconceito, racismo, discriminação, e desigualdades de gênero, podem ser percebidas na trajetória escolar de mulheres quilombolas. Quando crianças muitas delas não tiveram acesso  educação ou foram tiradas da escola para ajudar a cuidar dos irmãos mais velhos, trabalhar e também cuidar dos afazeres domésticos, dentre outros entraves.

Alguns casos citados anteriormente, fazem referência à realidade de muitas mulheres negras e embora pareçam circunstâncias diferentes, todos estão ligados à condição racial e de gênero, dessas mulheres. Para Sueli carneiro

O esforço pela afirmação de identidade e de reconhecimento social representou para o conjunto das mulheres negras, destituído de capital social, uma luta histórica que possibilitou que as ações dessas mulheres do passado e do presente (especialmente as primeiras) pudessem ecoar de tal forma a ultrapassarem as barreiras da exclusão (CARNEIRO, 2003, P.129).

Todavia, a identidade no campo do poder, define uma concepção identitária universal, reproduzida pela supremacia branca e ocidental, marcada pela heterogeneidade. Assim as diferenças étnico-raciais refletem na construção da identidade negra e quilombola, perpassando questões culturais, raciais, de gênero, e estética. “A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e chisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões” (AKOTIRENE, 2019, p.47).

Nesse cenário, mulheres negras e quilombolas sofrem situações desumanas de violência em todas as esferas, sejam elas públicas, privadas, políticas, sexuais ou sociais. A partir daí se intensificam também as desigualdades de gênero que perpetuam até os dias atuais.

Nas palavras de hooks (2019, p.86),

As pessoas negras escravizadas aceitaram as definições patriarcais dos papéis sexuais de homens e de mulheres. Assim como seus proprietários brancos, eles acreditam que o papel das mulheres acarretava permanecer no lar, criando os filhos e obedecendo às vontades dos maridos.

Portanto, para o patriarcado ser mulher é se submeter ao determinismo do homem, que dentro desse modelo de opressão exerce o papel de reprodutor de imposições homogêneas. Na escola essa visão patriarcal é reproduzida por meio da imposição de regras e valores pré-estabelecidos. Se contrapondo a sua função social, que deve promover a liberdade e emancipação do seu alunado. Com currículos padronizados e monoculturais, atendem as demandas do sistema capitalista para a construção desse projeto opressor e lucrativo. Nesse sentido, Gomes (1996, p.70), defende que

As teorias racistas presentes no cotidiano escolar e na sociedade não surgiram espontaneamente, nem são meras transposições de pensamento externo. Elas sofrem um processo de retroalimentação, e terminam por legitimar o racismo presente no imaginário social e na prática social e escolar.

A intersecção de gênero e raça exige das instituições de ensino uma pedagogia a partir de novas epistemologias. Rompendo as barreiras do conhecimento institucionalizado que silencia os saberes dos “outros/as” sujeitos socioculturais.

A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa

ser branco como metáfora do poder, como nos ensina Kilomba. Com isso, pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva (RIBEIRO, 2017, p.40).

Nessa perspectiva a educação intercultural crítica é significativa para reconstruir os sentidos da intersecção racial e de gênero na trajetória escolar das mulheres negras e quilombolas, marcada majoritariamente por percalços. Todavia muitas delas, mesmo nunca tendo frequentado a escola, ocupam cargos de destaque dentro da sua comunidade, baseados em conhecimentos e saberes adquiridos de geração em geração. Embora essas mulheres não saibam ler nem escrever, esses saberes lhes dão subsídios para realizar ações pertinentes na comunidade a que pertencem. Essas e outras especificidades devem ser consideradas pelas instituições de ensino da educação básica e superior.

Deste modo, entende-se que a trajetória escolar de mulheres quilombolas é marcada por aspectos que abrangem o campo semântico das questões raciais, de gênero e classe, fazendo com que as lutas dessas mulheres sejam intensificadas.

Na busca pela ascensão dos direitos, mulheres negras e quilombolas emergem para que possam construir sua identidade étnico-racial e exercer seu papel na sociedade livre das amarras alienantes e patriarcais.

3. Considerações finais

Pesquisar a trajetória escolar de mulheres quilombolas a partir das relações étnico-racial e de gênero implica analisar de maneira cuidadosa e profunda o contexto político e sociocultural em que essas diferenças são constituídas historicamente, como formas de reproduzirem desigualdades.

Somos uma nação dominada por valores coloniais e capitalistas que busca ascensão nacional e internacional às custas das populações historicamente marginalizadas, a exemplo dos afro-brasileiros, quilombolas e indígenas. Analisar esse contexto de maneira crítica e reflexiva é imperativo para entender a lógica das desigualdades de gênero e raça e a superposição de uma identidade sobre a outra, tendo em vista, compreender como essas relações refletem na trajetória escolar de mulheres quilombolas.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Cerneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais)

BRASIL, Fundação Cultural Palmares. **Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQS) atualizada até a portaria nº 96/2020, publicada no dou de 12/05/2020**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: 20. Jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Parecer homologado CNE/CEB, 16/12 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, publicado no D.O.U. de 20/11/2012, Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasília, DF, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 27 Jul. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violências contra as mulheres não-brancas**. Tradução de Carol Correia. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em: 27 jul. 2020.

GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. **cadernos pagu**, n. 6/7, p. 67-82, 1996.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: <file:///C:/Users/marci/Downloads/5-Racismo-e-sexismo-na-cultura-brasileira-Artigo.pdf>

HAAL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaciara Lopes louro. 12. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. Tradução: Bhuivi Libanio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Feminismos Plurais).

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade 2—A pesquisa científica. **Métodos de pesquisa**, v. 1, 2009.